

# DO SOCIALISMO À INCERTEZA: A REVOLUÇÃO CUBANA NO SÉCULO XXI

*Guilherme Sávio Marchi<sup>1</sup>*

## **RESUMO**

A Revolução Cubana foi um acontecimento marcante no século XX que agitou a América Latina e o mundo ao propor a construção de uma sociedade socialista *no nariz* do imperialismo. Atualmente, quase sessenta anos depois do triunfo guerrilheiro, segue sendo objeto de inspiração e estudo. As recentes mudanças no Modelo econômico e social do país intrigam, pois podem trazer transformações mais profundas do que se imagina. Neste sentido, este trabalho tem a finalidade de interpretar tal movimento com base nos documentos oficiais aprovados no 7º Congresso do Partido e na Assembleia Nacional do Poder Popular – ambos em 2016 –, analisando a tendência apresentada nestes planos e diretrizes, conflitando-os com a teoria marxista de transição ao socialismo e levando em conta a trajetória histórica atravessada com imensas dificuldades por esta ousada ilha revolucionária, localizada com destaque no Caribe e na história da humanidade<sup>2</sup>.

Palavras-chave: Cuba; Revolução; Socialismo; Imperialismo; América Latina.

## **INTRODUÇÃO**

A crise mundial do último quarto do século XX modificou profundamente as relações internacionais: a desconstrução dos Estados de Bem Estar-Social e o aumento de problemas sociais nos países centrais; a intensificação da exploração da força de trabalho e do território nas economias periféricas; a reestruturação do modo de produção capitalista mundial, num movimento que, sob a insígnia do neoliberalismo, transformou sua organização produtiva e deu liberdade a um novo tentáculo: o capital fictício; além do mais, houve a desintegração vertiginosa de uma potência mundial que protagonizou processos ímpares: a URSS.

As crises fazem parte da dinâmica do capital, e assim se fez uma vez mais, alterando a geopolítica mundial. O mês de novembro de 1989 é marcante por dois acontecimentos: a

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão da Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Realizado sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Roberta Sperandio Traspadini.

<sup>2</sup> A realização do presente trabalho não seria possível sem a contribuição imensurável do amigo Raul Henrique Florindo, o qual – através de sacudidas camaradas, provocações e sugestões – não me deixou desistir de seguir em frente com este projeto, permanecendo presente até o último instante deste processo. Neste espaço, ressalto também a contribuição de Camila Silva Coradette Marchi, cujo companheirismo me forneceu o ambiente necessário aos momentos de reflexão e produção, em meio às dificuldades impostas pelo cotidiano.

Derrubada do Muro de Berlim<sup>3</sup>, iniciando o processo de unificação da Alemanha sob as relações capitalistas, e a redação de medidas de “ajustamento econômico” que ficou conhecida como Consenso de Washington. Tal panorama geopolítico, somado ao fim da URSS em 1991, colocam as bases de uma nova ordem mundial que seria expressa na hegemonia do projeto do capital na última década do século passado<sup>4</sup>. Enfim, trata-se da atualização da fase imperialista do capitalismo, que não traz em si a resolução de suas contradições iminentes, mas apenas as intensifica.

À periferia, neste processo todo, impõe-se as penúrias do aumento da dívida externa, a transferência gigantesca de valor às economias centrais e também a expansão dos mercados em condições desfavoráveis. Em suma, pela contribuição crítica da economia política, verifica-se o fato de que *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento* são complementaridades na lógica de acumulação capitalista global; ou seja, a condição de dependência de um grande número de países é o que propicia o crescimento das forças produtivas e o incremento das condições sociais em uma pequena parcela de nações. E é isto o que ocorre no continente neste trecho final do século passado: os EUA, principalmente, e o Canadá reorganizam sua estrutura econômica para superar a crise em detrimento das economias dos países latino-americanos, reforçando caráter desigual e combinado do capitalismo mundial.

Nos marcos do capitalismo, não há rearranjo político-econômico que possa equilibrar as realidades destes dois grupos de países (CARCANHOLO, 2008). Aos latino-americanos a situação só não foi mais grave pois a Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) não se efetivou. Contudo o imperialismo estadunidense usou como estratégia a realização de acordos bilaterais com uma expressiva quantidade de países da região, sob a forma de Tratados de Livre-Comércio – TLC: “Dos vinte acordos deste tipo, firmados em todo o mundo, a metade se localiza na região [e envolvem os EUA]” (KATZ, 2016, p. 41). A América Latina no geral, nos anos 1990, foi reinsertada na divisão internacional do trabalho no cumprimento do papel

---

<sup>3</sup> Percebemos a necessidade de substituir a expressão “Queda do Muro” por outra que melhor demonstre a ação consciente de uma força ideológica oposta ao Socialismo. Optou-se pelo uso de “Derrubada do Muro de Berlim” pelo fato de que, no intenso conflito ideológico do século XX, a atuação do capital foi o principal fator nos eventos que levaram à desintegração da URSS e do Bloco Socialista do Leste Europeu. Todavia, não descartamos as insuficiências e erros internos da organização soviética como importantes elementos que culminaram na fragmentação destes países de todo o avanço societal por eles empreendidos. Infelizmente, por questões de tempo e número de páginas máximas exigidas, neste trabalho é impossível levar a cabo o devido desenvolvimento deste tema.

<sup>4</sup> Tal hegemonia não significa que não houve resistência. O levante Zapatista em 1994, os movimentos antiglobalização e, aqui no Brasil, as manifestações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) são demonstrações significativas da contestação a tal ordenamento.

de agroexportadora, mineradora e opção ao turismo internacional, alterações que levaram, necessariamente, à redução industrial.

Em contraposição aos TLCs, surge em 2004 a Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América (ALBA), a partir de um acordo inicial entre Cuba e Venezuela, na qual a primeira oferece serviços médicos e educacionais enquanto o país sul-americano fornece petróleo para abastecimento da ilha. O projeto se expande e mais países passam a fazer parte do grupo, que tem como cerne a cooperação que visa o bem-estar da população, almejando no horizonte a construção do intitulado Socialismo do Século XXI. No plano político, para tal objetivo, se tem como centro o anti-imperialismo e a promoção de avanços populares mediante o rompimento da relação de submissão aos EUA. A fundação da rede de comunicação Telesur também compõe importante instrumento de contraposição da ideologia hegemônica capitalista. A ALBA ainda continha os projetos de criação do Banco do Sul, voltado a ajudar os países-membro sem a intencionalidade lucrativa. Para os países que constituem o bloco havia ainda a perspectiva do estabelecimento de uma moeda comum – o Sucre –, a realização de auditorias de suas dívidas externas, a construção de um fundo de reservas comum e a organização de um controle conjunto dos movimentos do capital. O fato de tal projeto não conseguir chegar à maturidade esperada na atualidade se deve a dois pontos: 1) a ofensiva imperialista na região, principalmente em relação Venezuela<sup>5</sup>, que se encontra em uma grave crise que se deve sobretudo ao estrangulamento econômico perpetrado pelos EUA e as campanhas de contrainformação midiática que são já tradicionais no país; 2) a concorrência de outro bloco sul-americano, o MERCOSUL, no qual a proposta é meramente de fortalecimento mediante integração comercial entre os países-membro, tendo Brasil e Argentina à frente dos demais. O fato destes dois últimos países não terem integrado a ALBA é de extrema importância para entender o atual momento de fragilidade do projeto<sup>6</sup>. Para se ter ideia desta disputa de projetos, o principal fator que impossibilitou a prosperidade do Banco do Sul é a existência do BNDES brasileiro, pelo qual se fazia a maior parte de financiamentos às obras dos países latino-americanos com os quais o Brasil tem relação. O

---

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que a Venezuela é o único país-membro da ALBA com recursos econômicos significativos, o que, neste momento crítico da realidade venezuelana, impossibilita o andamento do projeto. A ação imperialista num momento em que a ALBA estivesse mais consolidada traria muitas outras alternativas de superação da crise para a Venezuela. Portanto, o desencadeamento desta crise se fez, sobretudo, pela percepção do perigo que a ALBA simboliza ao capital – mesmo que ainda compreendendo limitações no projeto, como a construção do socialismo por meios de reformas. Este também acaba sendo assunto para outro trabalho, muito mais cuidadoso que o nosso no levantamento deste tema.

<sup>6</sup> O que pode ser entendido também com base na nota acima, uma vez que a participação de outros países de grande potencialidade econômica alteraria o panorama.

BNDES, neste sentido, favorecia a atuação internacional de empresas privadas, como as construtoras Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, por exemplo. Observando o contexto político-econômico atual da América Latina e verificando em que situação se encontram ambos os projetos, se pode perceber que a disputa entre eles favoreceu apenas o grande capital transnacional.

A agressão do capital na década de 1990 e a contraofensiva baseada na ascensão de governos “progressistas” nos 2000 são marcantes nos países latino-americanos no geral. Porém, a história de Cuba, a ilha caribenha que ousou ser um marco político no século XX, nos traz possibilidades de reflexões únicas, uma vez que sentiu de maneira particular e mais aguda estes acontecimentos. Toda a conjuntura do final do século XX fez o povo cubano enfrentar difíceis condições para defender as conquistas da Revolução. A década de 2000, com a ALBA, permite que Cuba adquira fôlego para reorganizar-se. O momento trouxe à tona a necessidade de que a transição socialista em Cuba fosse repensada, avaliando os horizontes possíveis. Tal questão tem levado a uma série de “atualizações”, resultando recentemente em processos de discussões e transformações na Planificação cubana. A concretude das desigualdades sociais geradas e mantidas pelo modo de produção capitalista mundial, e a trajetória de transformação e resistência de Cuba ao longo dos quase sessenta anos da revolução que assumiu seu caráter socialista *sob o nariz* do imperialismo estadunidense nos desperta e agita a entender os passos apresentados nesse recente processo político-econômico. A princípio, se considerou efetuar a análise dos impactos de tais mudanças ao socialismo cubano, questionando a que situação os novos lineamentos poderiam levar: seria o projeto que finda o socialismo em Cuba e abre as portas à reinserção do capitalismo na ilha? Trata-se de uma medida tática para o incremento econômico no país que o ajudaria sair da estagnação e possibilitar reformas futuras ainda dentro do horizonte socialista? Os novos lineamentos são concessões ao imperialismo, como forma encontrada para manutenção das condições sociais de Cuba frente à nova ofensiva do capital depois da crise mundial de 2008? Dentro da correlação de forças expressas na luta de classes na esfera internacional, em que medida as reformas propostas pelo governo cubano podem exprimir transigências às demandas do capital?

Tais questões carregam em si diversos e amplos debates, de extrema complexidade. No sentido de dar um passo de cada vez, permitindo um caminhar mais firme e seguro que nos leve à compreensão destes pontos, este trabalho assume o objetivo de interpretar os documentos oficiais do governo cubano, sob a luz da crítica da economia política ao imperialismo e às condições que o sustentam – a dependência das economias periféricas,

como a de Cuba – de maneira que se possa responder ou ao menos aclarar as indagações realizadas acima. Para isto, serão estudados os documentos aprovados no 7º Congresso do Partido e pela Assembleia Nacional do Poder Popular, ambos em 2016: **a)** a *Actualización de los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*; **b)** a *Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista*; e **c)** o *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030: Propuesta de Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos*.

Para esta reflexão é imprescindível realizar um breve marco histórico de Cuba e entender os episódios que, em seu evoluir, levaram às recentes mudanças que se iniciam. Assim, dar-se-á ênfase aos seguintes incidentes: o embargo econômico efetivado em 1962 sob o governo Kennedy e vigente até a atualidade; a desintegração da URSS e do bloco socialista, demonstrando os impactos que tal fato acarretou a Cuba; a conjuntura da América Latina neste início do século XXI e a maneira dialógica de como Cuba influenciou e foi influenciada neste processo. Reconhecemos a dificuldade e a importância de tal trabalho e, assim, esperamos poder trazer contribuição relevante ao que tange à disputa de ideias sobre as condições presentes no contexto latino-americano, bem como às suas alternativas de transformação desta realidade. Analisar o caso de Cuba é estudar também a luta de classes em sua totalidade.

## **CUBA: UMA BREVE HISTÓRIA DE UMA BRAVA NAÇÃO**

### *O IMPERIALISMO NO TECIDO HISTÓRICO CUBANO*

Diferentemente de outros países latino-americanos, em Cuba não houve um processo de independência nacional – mesmo que formal – no século XIX: trata-se da transição de uma dominação direta (Espanha) para uma dominação indireta (EUA). Segundo Florestan Fernandes, uma “revolução dentro da ordem”, preservando os interesses burgueses, nos quais são expandidas as vantagens ao imperialismo em relação à burguesia local (2007, p.10). Durante o século XIX, ainda sob domínio espanhol, Cuba passa por um processo de modernização e florescimento econômico, proporcionado pela exploração de tabaco, café e, principalmente, cana-de-açúcar. Tal transformação dentro da ordem colonial,

[...] de um lado, estimulou o escravismo e a concentração da propriedade fundiária e, de outro, suscitou uma intensa modernização tecnológica e uma profunda transformação das relações de classe. [...] O antigo regime colonial não foi nem abolido nem derrocado: ele se adaptou às condições históricas em que ocorre essa

revolucionária alteração do padrão de desenvolvimento econômico e sociocultural da colônia (FERNANDES, 2007, pp. 50-51).

Nesse decurso, o descontentamento das elites cubanas em relação ao sistema colonial, visto que esse já encontrara seus limites e não permitia um aumento dos ganhos dos cubanos donos de terras e negócios locais, leva a dois confrontos: a Guerra dos Dez Anos (1868-1878) e a Guerra de Independência (1895-1898). Este segundo conflito é resolvido pela intervenção estadunidense, que impede a constituição de um Estado nacional de fato e deixa Cuba num estágio de neocolonialidade, definido por Florestan como uma “situação típica, transitória ou permanente, na qual a dominação indireta gradual limita o alcance e os ritmos da descolonização, freando-a em proveito da nação ou das nações hegemônicas” (2007, p. 67). Trata-se do controle dissimulado, encoberto por aparente legalidade e liberdade, através dos mecanismos do mercado. Cuba passa à condição de submissão total aos interesses do capital monopolista estadunidense; os custos são impostos à nação submetida e o país controlador se livra de qualquer responsabilidade direta, gozando dos lucros obtidos (FERNANDES, 2007). Neste momento, há a quebra da ordem colonial, porém, através de ferramentas econômicas – propulsoras da condição dependente cubana – mescladas com formas de controle político-militares, o imperialismo estadunidense concentra a exploração da força de trabalho e do território cubanos. E isso ocorre com a colaboração dos poderosos de Cuba – a elite agrária e a pequena burguesia comercial que importava produtos industrializados norte-americanos para revender aos seus pares nacionais –, que não queriam perder seu prestígio, riqueza e *status* de forma alguma. Esses estratos privilegiados sabotavam qualquer anseio de revolução nacional, ao ponto que aceitam facilmente a Emenda Platt (1901)<sup>7</sup> e o Tratado de Reciprocidade entre Cuba e os EUA (1903)<sup>8</sup>. Ou seja: as elites da sociedade cubana funcionaram então como vanguarda contrarrevolucionária. Enfim, trata-se de um processo dialético, de confluência de interesses das burguesias interna e externa (FERNANDES, 2007).

Tal situação favorece de maneira ímpar o crescimento dos EUA como potência

---

<sup>7</sup> Medida legal, inserida pelos EUA na Carta Constitucional de Cuba, que previa a intervenção militar estadunidense na ilha em momentos em que se julgasse “necessário”. Foi posta em prática em quatro oportunidades: 1906-1909, 1912, 1917-1920, 1933-1934. A instalação da base naval estadunidense de Guantánamo também é determinada nesta emenda.

<sup>8</sup> Acordo bilateral no qual Cuba teria supostas vantagens para exportar seus principais produtos aos EUA e importar produtos industrializados deste país. Porém, enquanto os EUA lucravam com a venda de produtos com alta tecnologia e valor agregado, Cuba fornecia produtos primários, majoritariamente o açúcar. Desta forma, as vantagens cubanas nunca se fizeram valer, seja pela deterioração dos termos de troca ao longo do tempo e os períodos de crise que trouxeram a desvalorização do açúcar no mercado internacional. Além do mais, até nos momentos de estabilidade política e econômica, quem mais lucrava com a venda de açúcar em Cuba eram os proprietários estadunidenses que possuíam os grandes latifúndios, nos quais grande parte da cana era plantada, e tinha capital investido nas principais usinas de refinamento (MÁO JÚNIOR, 2007). Com esta medida se instaura a condição de dependência de Cuba em relação ao imperialismo estadunidense.

econômica no começo do século XX, permitindo também a entrada massiva do capital bancário estadunidense na ilha caribenha em curto tempo. O maior exemplo é quando, nos últimos meses de 1920, há uma queda vertiginosa na cotação do açúcar no mercado internacional de US\$0,23 a libra do produto para somente US\$0,03. Os bancos cubanos, que haviam feito empréstimos aos produtores locais cuja soma chegava à cifra de 80 milhões de pesos, vão à bancarrota pela inadimplência dos produtores. Quem monopoliza o setor financeiro na ilha são dois bancos norte-americanos: o *City Bank of New York* e o *The Royal Bank of Canada*, que compram, além de parte dos bancos cubanos, as propriedades dos produtores endividados – as quais são revendidas a norte-americanos. Trata-se da intensificação das desnacionalizações do sistema bancário e da economia em Cuba. Ou seja, durante este processo as grandes propriedades de terra e a quase totalidade das indústrias de engenho são concentradas nas mãos de ricos norte-americanos<sup>9</sup> (MÁO JÚNIOR, 2007).

A economia da ilha, até a revolução, era baseada especialmente em três produtos primários: 1) o mais importante deles era o açúcar, cuja exportação chegou às cifras de 89,1% nos anos 1950; 2) o tabaco, que é até hoje uma das especiarias características de Cuba; e 3) o níquel semielaborado<sup>10</sup>. Além de ser baseada em poucos produtos, a produção cubana ocorria sazonalmente. O açúcar e o tabaco concentravam grande massa da força de trabalho apenas nos períodos de plantio e colheita, e o níquel era extraído basicamente quando havia guerras, uma vez que era empregado na indústria de munição. Fora desse período, os trabalhadores tinham que sobreviver como podiam, não importando aos governos que se alternavam no poder as condições em que esses indivíduos se encontravam. Ainda mais, a partir de 1948, as relações de intercâmbio mostraram queda constante<sup>11</sup>, endurecendo cada vez mais as condições de vida do povo de Cuba (GUEVARA, 1981a; DEL REAL, 1999).

A história colonial e neocolonial cubana fez com que o sentimento nacionalista que se forjou agrupasse setores liberal-radicalis da burguesia interna e os anticapitalistas

---

<sup>9</sup> Neste contexto, em meio à crise dos anos 1920, precisamente em agosto de 1925, é fundado o Partido Comunista Cubano. Sob a liderança do veterano Carlos Baliño – que havia lutado junto a José Martí na guerra pela emancipação nacional e seguira militando contra a intervenção ianque – e do jovem Julio Antonio Mella, a organização realizava estudo e divulgação dos textos de Marx e Lenin, bem como ações de desobediência civil e coordenação de greves, sempre no intuito de desenvolver a consciência de classe junto aos trabalhadores e denunciar as ações do imperialismo estadunidense e do governo fascista de Gerardo Machado em Cuba. Assim buscava se organizar a classe trabalhadora frente às miseráveis condições de vida nas quais estavam situadas (MÁO JÚNIOR, 2007).

<sup>10</sup> Além destes, também compunham as exportações cubanas – mas em medida muito menores – o café, e o cobre e manganês brutos.

<sup>11</sup> Com exceção de 1950 e 1957, devido aos conflitos bélicos na Coréia e no Oriente Médio, quando há o aumento das exportações aos EUA por causa de seu envolvimento nestas conflagrações. Como escreve o próprio Guevara: “Triste destino o nosso: somente a guerra nos dava um bem-estar relativo ao povo cubano” (1981a, p. 144).

(FERNANDES, 2007). Na construção deste ideário nacionalista, estes componentes se mesclaram, nos anos 1950, na luta contra o presidente-ditador Fulgencio Batista e contra a submissão do país aos EUA. Sobretudo, são as condições econômicas concretas da ilha que dão origem à guerrilha. Esta é a tática militar de enfrentamento às instituições de repressão do capital nos países dependentes. Como coloca Guevara,

É importante destacar que a luta guerrilheira é uma luta de massa, é uma luta popular: a guerrilha, enquanto núcleo armado, é a vanguarda combatente do povo, sua grande força assentada na massa da população [e] o guerrilheiro é um transformador social, que empunha as armas para juntar-se à cólera do povo contra seus opressores e que luta para mudar o regime social que mantém seus irmãos desarmados no opróbrio e na miséria. (GUEVARA, 1981b, p. 60)

A insatisfação popular generalizada da classe trabalhadora cubana no campo e na cidade – devido às condições degradantes da dependência – propicia o levante revolucionário que ataca com a guerrilha pela *Sierra Maestra*<sup>12</sup> e conta com grupos distintos no *llano*, ou seja, nas planícies cubanas, as organizações que tinham suas ações concentradas nas áreas urbanas da ilha e agiam em conjunto e, posteriormente, ao comando da vanguarda guerrilheira *de la sierra*. A guerrilha, por sua importância e suas vitórias – tanto na ação concreta da guerra, mas também no imaginário do povo cubano –, se constrói como elo dos vários setores contrários à ditadura. Além disso, enfrenta as forças armadas do exército tendo assim as importâncias militar e, após a derrubada de Batista, política, sendo então o verdadeiro componente da Revolução Cubana, que triunfa na madrugada de ano novo de 1959.

É a vanguarda guerrilheira, tendo à frente Fidel Castro, seu irmão Raúl, Che Guevara, Camilo Cienfuegos e Juan Almeida, que vai comandar o processo revolucionário pós-luta armada, realizando a reforma agrária, a estatização da malha industrial, dos bancos e dos serviços (telefonia, eletricidade, transportes, etc.), além de reformas urbanas, campanhas de alfabetização, universalização do atendimento médico, etc. Sobre a efetivação do caráter socialista da Revolução Cubana, este se explicita posteriormente, no discurso de Fidel Castro no 1º de maio de 1961, pouco depois dos ataques de exilados cubanos treinados e armados pela CIA, em meados de abril em *Playa Girón*. Neste momento, Cuba já mantinha relações com a URSS, mas passa a partir de então a estreitar os contatos com os soviéticos e demais

---

<sup>12</sup> Cabe pontuar que o *Movimiento 26 de Julio* é constituído sob a liderança de Fidel Castro e seu irmão Raúl em 1956, depois que já haviam tentado o ataque ao quartel La Moncada, em Santiago de Cuba, em 1953, buscando o primeiro levante popular em armas. O ataque é duramente reprimido e os irmãos Castro, depois de presos e julgados, são exilados no México, onde reestruturam a guerrilha que retorna a Cuba em dezembro de 1956, a bordo do *Granma*.

países do Bloco Socialista.

### *A OFENSIVA IMPERIALISTA EXPRESSA NO BLOQUEIO POLÍTICO-ECONÔMICO*

A radicalização das medidas praticadas pelo governo revolucionário, somadas à aproximação com os países do Leste Europeu e a China, acarretam retaliações dos EUA, culminando no embargo político-econômico iniciado em 1962, no governo Kennedy, e em pé até os dias atuais. O bloqueio a Cuba é resquício da Guerra Fria, mas não apenas isso: é também uma arma do imperialismo estadunidense que todavia não desistiu de acabar com a Revolução Cubana, tanto por seu caráter simbólico na representação de um horizonte alternativo ao capitalismo, quanto por suas características econômicas, alvo almejado pelos EUA desde o século XIX.

A intenção do governo norte-americano é estrangular as possibilidades de desenvolvimento material da ilha, aumentando ao máximo as privações da população cubana, gerando uma crise que acarrete em dois eixos: 1) numa insatisfação da sociedade cubana que conforme um movimento contrarrevolucionário interno; e 2) um estrangulamento que inviabilize o desenvolvimento das forças produtivas e do abastecimento da população, forçando o governo cubano a realizar concessões ao imperialismo. Tais objetivos não alcançaram o ponto desejado – graças à força do povo cubano e à confiança nos quadros do partido –, mas o impacto econômico de tal medida, que já dura 55 anos, passa dos US\$125 bilhões<sup>13</sup>. Trata-se da mais longa sanção econômica imposta a um país. O bloqueio proíbe a entrada de qualquer produto que contenha peças ou tecnologia estadunidenses e inviabiliza que países terceiros vendam, ao mercado dos EUA, qualquer mercadoria que tenha elementos cubanos em sua produção.

Além destas ações, os EUA, utilizando a OEA, realizou pressão durante décadas para que outros países do continente aderissem ao embargo a Cuba, o que foi acatado por diversos destes, condicionados pela dependência em relação aos EUA. Desde a Conferência Naval de Londres, em 1999, o Direito Internacional define que o bloqueio econômico é um ato de guerra, portanto, só permitido durante a extensão do conflito e empregado apenas pelos

---

<sup>13</sup> Tal informação foi passada pelo chanceler cubano, Bruno Rodríguez, em setembro de 2016 e tem como base um estudo realizado anualmente pelo país, intitulado *Necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por los Estados Unidos de América contra Cuba*. A fala do chanceler pode ser vista no link: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2016/09/12/bruno-rodriguez-parrilla-el-bloqueo-es-una-pieza-del-pasado-que-tendra-que-ser-removida/#.WbbaEdK3wdU>; por sua vez, o documento oficial que traz o levantamento dos prejuízos econômicos gerados pelo bloqueio, podem ser baixados pelo seguinte link: <http://www.cubavsbloqueo.cu/sites/default/files/InformeBloqueo2016ES.pdf>.

envolvidos no evento. Isto acaba por classificar com ainda mais intensidade a desumanidade de tal lei. Lei esta que priva Cuba durante décadas de ter acesso à totalidade de produtos que proporcionam a plenitude da vida de sua população, seja em questão de alimentos e transportes, seja na obtenção de tecnologias que se renovam constantemente no mundo moderno especialmente dos anos 1990 em diante.

A partir do embargo, a sobrevivência de Cuba se deveu muito a suas relações com o Bloco Socialista. Não que o embargo tenha sido única e exclusivamente a motivação das relações com os países socialistas, pois tal contato se iniciou nos primeiros meses da revolução e já contava com o apoio de quadros imprescindíveis dentro da vanguarda guerrilheira, como Raúl e Che. Mas a asfixia econômica do bloqueio imperialista é condição importante para o rápido estreitamento de relações entre as partes.

A URSS, cabe ressaltar, adotara uma linha na Terceira Internacional, em 1919, segundo a qual os partidos comunistas do Terceiro Mundo deveriam apoiar suas respectivas burguesias nacionais para que estas realizassem revoluções democrático-burguesas, criando desta forma as condições – inclusive forjando o proletariado nacional – para uma ulterior revolução socialista. Essa era a linha adotada pelo Partido Socialista Popular (PSP) cubano antes da revolução de 1959. Hobsbawm elucida esta questão:

O inimigo nesses países [do Terceiro Mundo] não era o capitalismo, até onde este existia, mas o pré-capitalismo, os interesses locais e o imperialismo (americano) que os apoiava. O caminho não era a luta armada, mas uma ampla frente popular ou nacional da qual era aliada a burguesia ou pequena-burguesia “nacional”. (1995, p. 336)

Geralmente, a URSS mantinha “simpatia” pelos movimentos de libertação que se contrapunham de alguma maneira ao imperialismo – cuja expressão máxima eram os EUA –, mas conservava determinada distância que não atrapalhasse sua condição dentro do contexto de Guerra Fria – quer dizer: a *coexistência pacífica*, defendida no Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS e já criticado por Che Guevara nos anos 1960<sup>14</sup>. Quando tais movimentos triunfavam e constituíam novos regimes, os soviéticos os ajudavam. A proximidade do PCUS com o governo revolucionário cubano sem dúvidas foi mais intensa (HOBSBAWM, 1995).

A Guerra Fria se manifesta aberta e intensamente na ilha em 1962, no evento que entra

---

<sup>14</sup> Para tal tema, ver <http://archivo.juventudes.org/ernesto-che-guevara/notas-sobre-el-manual-de-econom%C3%ADa-pol%C3%ADtica-de-la-academia-de-ciencias-de-la-urss> e também MARCHI, Guilherme. Ernesto ‘Che’ Guevara e o trabalho em Cuba (1959-1965). In FERARRI, Terezinha. **Trajetórias**. São Paulo: Porto de Ideias, 2015, pp. 199-234.

para a história aos nomes de *crisis de los misiles* ou *crisis de octubre*, quando os EUA descobrem a instalação em curso de mísseis nucleares soviéticos em Cuba e, assim, o mundo fica próximo de um confronto de magnitude catastrófica. A retirada dos armamentos nucleares da ilha é discutida entre Washington e Moscou. Havana fica excluída das negociações, o que irrita muito o governo revolucionário, uma vez que o recuo dos navios que carregavam os mísseis poderia ser usado como moeda de troca para a retirada dos militares estadunidenses da base de Guantánamo, devolvendo esta região ao governo cubano (RAMONET, 2016). Atritos à parte, da segunda metade da década de 1960 em diante, Fidel Castro se aproxima definitivamente da URSS, sua fonte essencial de suporte econômico. Para se ter uma melhor compreensão do que significava o Bloco Socialista para a economia cubana, podemos ver a tabela abaixo, com o resumo da balança comercial da ilha, onde consta que 79,85% das exportações e 85,34% das importações de Cuba tinham como parceiras as economias planificadas:

INTERCÂMBIO DE MERCADORIAS SEGUNDO  
O CAMPO DA ECONOMIA MUNDIAL, CUBA (1989)  
(mil pesos)

<i>Campo</i>	<i>Exportações</i>	<i>% s/total</i>	<i>Importações</i>	<i>% s/total</i>	<i>Saldo</i>
Economia mundial	5.392.004	100,00	8.124.224	100,00	-2.732.220
<i>Economias planificadas</i>	4.305.714	79,85	6.932.872	85,34	-2.627.158
Albânia	3.316	0,06	3.298	0,04	18
Bulgária	176.940	3,28	177.501	2,18	-561
Checoslováquia	136.026	2,52	216.283	2,66	-80.257
Hungria	55.437	1,03	80.543	0,99	-25.106
Polônia	54.122	1,00	57.795	0,71	-3.673
República Democrática Alemã	285.913	5,30	358.688	4,42	-72.775
Romênia	121.986	2,26	155.970	1,92	-33.984
União Soviética	3.231.222	59,93	5.522.391	67,97	-2.291.169
Iugoslávia	4.083	0,08	63.798	0,79	-59.715
China	216.071	4,01	255.483	3,14	-39.412
Coréia	13.126	0,24	19.560	0,24	-6.434
Vietnã	6.245	0,12	20.568	0,25	-14.323
Mongólia	1.227	0,02	994	0,01	233
<i>Economias capitalistas</i>	1.086.290	20,15	1.191.352	14,66	-105.062

Fonte: FEITOSA, 2010, p. 42

Só em relação à URSS se dirigem praticamente 60% das exportações cubanas e provêm quase 70% das importações. Em outras palavras, as condições de sobrevivência da ilha estavam presas ao intercâmbio de produtos com o Bloco Socialista. Em números, a relação de Cuba com estes países é similar às negociações que o país mantinha com os EUA. Porém, o caráter das relações é diferente, uma vez que, enquanto as trocas realizadas com o imperialismo eram de enorme desigualdade e pautadas na manutenção da condição

dependente cubana, com os países socialistas Cuba recebia o pagamento pelo seu açúcar, por exemplo, cotado acima do valor do mercado internacional e cujo intercâmbio muitas vezes envolvia bens de capital ao invés de dólares.

Tal proximidade gera a partir de 1985 agudos problemas à sobrevivência de Cuba, uma vez que a URSS passa a enfrentar enorme crise que abala suas estruturas. Além do mais, a adversidade no Leste Europeu é o ambiente propício para a intensificação do embargo, naquela que parecera a cartada certa para derrubar o exemplo socialista da América Latina.

### *O FIM DA URSS COMO EPICENTRO DA DÉCADA QUE ABALOU CUBA*

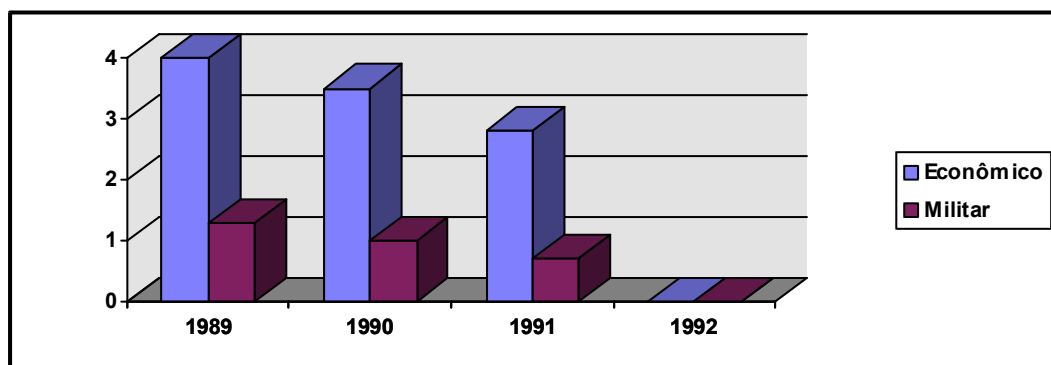
A crise do modelo soviético fez Cuba entrar no duro *Período Especial em Tempos de Paz*, quando o país tem de adaptar-se à falta de assistência da URSS, após sua desintegração, em 1991. O trecho a seguir, sintetiza bem a origem deste plano adotado pelo governo cubano após o fim da URSS:

O termo “Período Especial em Tempos de Paz” deriva da expressão “Período Especial em Tempo de Guerra”, nome dado ao plano de sobrevivência preparado por Cuba durante a Guerra Fria para o caso de estourar um conflito entre a União Soviética e os Estados Unidos. Num cenário desses, o país, possivelmente, estaria sob bloqueio completo, de modo que foi criada uma tática de contingência para assegurar uma resposta coordenada à escassez de alimentos e combustíveis. A guerra não veio, mas quando o bloco soviético entrou em colapso, em 1991, Cuba ficou sem seu principal parceiro comercial e protetor econômico. Na prática, era uma situação muito similar àquela que os cubanos haviam vislumbrado, mas “em tempo de paz” (FEITOSA, 2010, p. 43)

Sentindo o momento favorável em meio à luta de classes, os EUA endurecem ainda mais o bloqueio econômico à ilha, com as leis Torricelli (1992) e Helms-Burton (1996). A primeira ampliou as proibições comerciais das empresas norte-americanas para suas subsidiárias no exterior e coíbia os navios que atracassem em portos cubanos a ficarem seis meses sem poder entrar nos EUA e, após este período, necessitariam de uma permissão especial. Além disso, criou mecanismos que dificultavam ainda mais o envio de remessas de dólares a Cuba. A segunda deu permissão aos cidadãos estadunidenses que haviam sido expropriados pelo governo revolucionário para processarem, em qualquer tribunal dos EUA, as empresas estrangeiras que fizessem negócios com suas “antigas propriedades”, e também retirou qualquer possibilidade de que um presidente dos EUA possa por fim ao bloqueio, deixando tal decisão apenas ao Congresso (FEITOSA, 2010; SANTORO, 2010).

Em 1989, Cuba havia recebido US\$ 5,3 bilhões da URSS em subsídios, enquanto que, em 1992 como demonstra o gráfico abaixo, estes valores caem a zero:

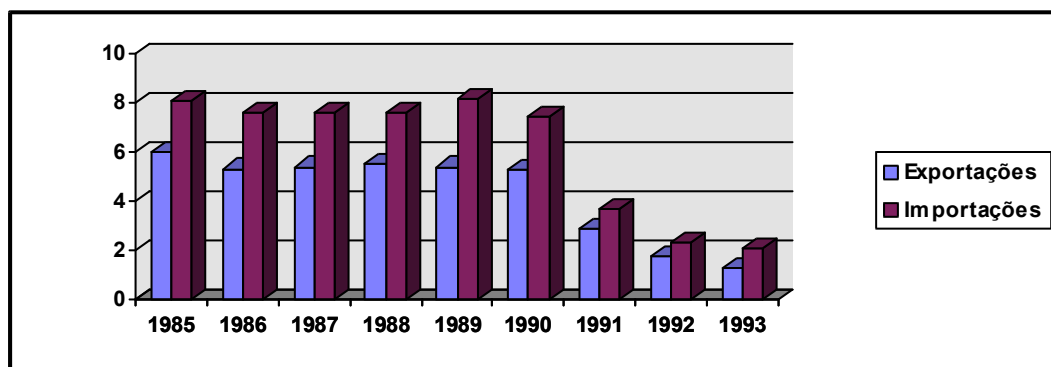
**GRÁFICO 1 - APOIO SOVIÉTICO A CUBA (BILHÕES DE DÓLARES)**



Fonte: Departamento de Estado Americano/CIA

Os impactos na balança comercial (Gráfico 2) e na dívida externa (Gráfico 3) são críticos. Em relação às importações e exportações, estas são reduzidas a, aproximadamente, sua quarta parte. Assim, a década de 1990 em Cuba é marcada por condições de extrema dificuldade, com racionamento de diversos produtos básicos (de combustíveis a alimentos), apagões devido à insuficiência energética ocasionada pela falta de petróleo, a ausência de matérias-primas e peças de reposição para as indústrias nacionais, etc. (ALMENDRA, 1998):

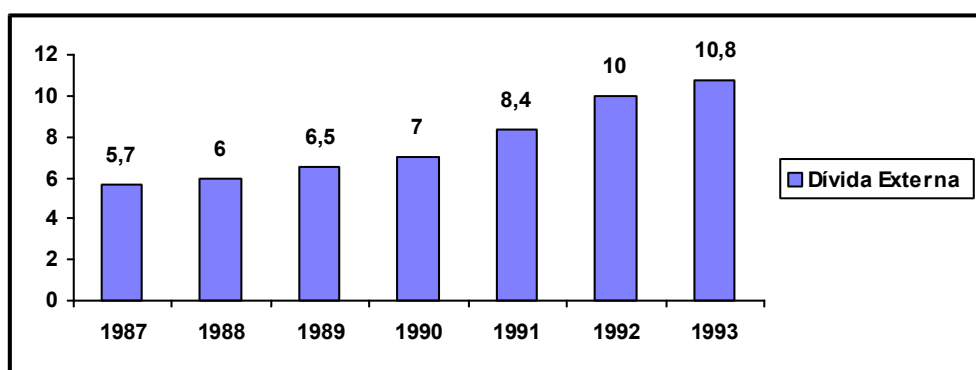
**GRÁFICO 2 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES (BILHÕES DE DÓLARES)**



Fonte: Escritório Nacional de Estatística de Cuba

Já a dívida externa praticamente dobra em seis anos - indo de US\$5,7 bi em 1987 para US\$10,8 bi em 1993 -, o que compromete ainda mais a situação econômica do país (ALMENDRA, 1998):

**GRÁFICO 3 - DÍVIDA EXTERNA (BILHÕES DE DÓLARES)**



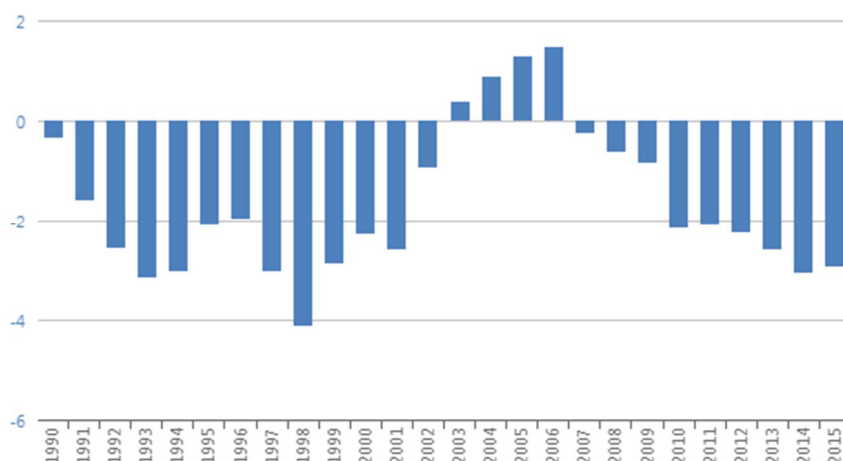
Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas de Cuba

Em 1986, Fidel havia buscado renegociar as condições de pagamento da dívida externa. Porém, nega as condições impostas pelo Clube de Paris, que contava com medidas como o fim do partido único e um plano de “austeridade”, contendo arrocho salarial e aumento de tarifas à população cubana. Nesse momento, o líder cubano não aceita as imposições, o que ocasionou o corte do crédito internacional. Em 1994, frente à calamidade do momento, parte da dívida é renegociada. Com isso, há desbloqueio do crédito internacional, mediante a flexibilização das normas internas para recebimento de investimentos estrangeiros, principalmente no setor de turismo (ALMENDRA, 1998). É importante destacar que este é um primeiro momento em que ocorre a abertura da economia cubana ao capital privado estrangeiro, mesmo que em condições bastante controladas pelo governo cubano. Foi então através das receitas obtidas pelo açúcar e pelo investimento no setor turístico que Cuba se manteve. Isso sem contar a convicção e os sacrifícios da população cubana. A conjunção destes fatores possibilitou a manutenção das conquistas sociais obtidas pela revolução.

### *A AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: NOVOS HORIZONTES?*

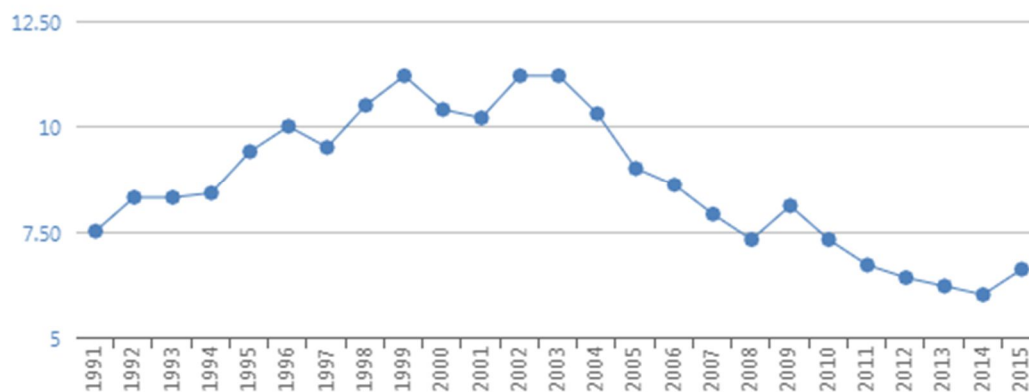
Por mais que a situação cubana na década de 1990 seja única, a América Latina atravessou condições difíceis neste período também. A hegemonia do capital, sob a consigna do neoliberalismo esfacelou as economias periféricas. Como se pode verificar nos gráficos a seguir, a região foi tomada pela ação imperialista seja pela via da superexploração de sua força de trabalho que modernizara-se e atirara milhões de trabalhadores ao exército industrial de reserva, seja pela transferência de valor através das exorbitantes dívidas externas:

**GRÁFICO 4 – AMÉRICA LATINA: SALDO EM CONTA CORRENTE (% DO PIB)**



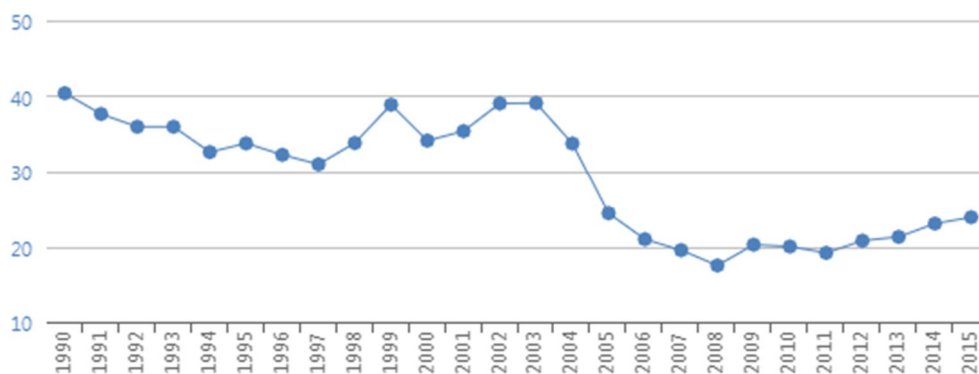
Fonte: CEPAL

**GRÁFICO 2 – AMÉRICA LATINA: TAXA DE DESEMPREGO (% DA POPULAÇÃO)**



Fonte: CEPAL

**GRÁFICO 6 – AMÉRICA LATINA: DÍVIDA EXTERNA GERAL (% DO PIB)**



Fonte: CEPAL

O que os três gráficos anteriores demonstram é a completa submissão dos países latino-americanos ao grande capital: no período que vai de 1990 a 2015, o saldo em conta dos países da região só se mantém em números positivos por quatro anos (2003 a 2006), retornando à negatividade até 2015, porém, tendo os piores índices na década de 1990; referente às taxas de desemprego, os anos 1990 apresentam quase uma crescente constante (com uma leve redução apenas em 1997), chegando em 1999 a 11% da população total na América Latina; já em relação à dívida externa, o gráfico demonstra uma queda de 1990 a 1997, mas que não chega a baixar para um endividamento menor que 30% do PIB. Além disso, nos anos 1998 e 1999, as dívidas crescem tudo aquilo que levaram oito anos para reduzir, voltando ao patamar de 1990 (cerca de 40% do PIB total da região).

O agravamento das condições sociais na região (desindustrialização, desemprego, pobreza, dívida externa, inflação, aumento da desigualdade social, etc.), diminui gradualmente a capacidade de sustentação social do modelo neoliberal. Com isto, em diversos países, o povo organizado realiza manifestações que alteram tal panorama na primeira década dos anos 2000. Em países como Argentina e Brasil, chegam ao poder governos com propostas neodesenvolvimentistas, pautadas na conciliação de classes e fortalecimento da burguesia nacional, tendo como ferramenta o aumento do consumo da população mais carente como forma de redistribuição de renda e crescimento da economia nacional via ampliação da demanda. A estratégia destes governos é combinar o crescimento econômico – possibilitado pela alta dos preços das *commodities* no mercado internacional – a maiores gastos sociais. Já em outros países, como Venezuela, Bolívia e Equador<sup>15</sup>, são eleitos governos que fogem em certa medida desta tônica ao praticarem reformas mais radicais, como a elaboração de novas Constituições, nacionalização de empresas, postura de maior enfrentamento em relação aos EUA, etc.

A relação com tais países, principalmente com a Venezuela, e a conformação da ALBA – que possibilita ações para além das questões comerciais, que podem ser vistas como exemplo de solidariedade internacionalista – dão fôlego a Cuba depois do árduo *Período Especial*. É importante frisar que, mesmo nos anos de enorme dificuldade, Cuba manteve sua política de prioridade às questões sociais, como o fornecimento de serviços de saúde e

---

<sup>15</sup> No Equador, Correa tomou medidas mais radicais no início do governo, posteriormente recuando. Ademais, como nossa intenção é apenas sinalizar tal mudança de postura político-econômica na região, nos referimos apenas a alguns governos – e de maneira superficial –, quando seria possível abordar outros mais, como os casos de Paraguai, Nicarágua, El Salvador e Uruguai.

educação totalmente gratuitos, de qualidade e para toda a população. Além disso, os subsídios governamentais para vários produtos e serviços, como acesso à água potável e energia, se mantiveram até que se iniciaram os novos lineamentos, em 2011. O fato é que Cuba se beneficiou com as transformações ocorridas na América Latina neste início de século XXI, especialmente em suas relações com Venezuela e Bolívia. Porém, antes de tudo, Cuba foi o exemplo concreto que permitiu que tais transformações fossem possíveis, pois atravessa o imaginário de qualquer militante latino-americano desde a revolução, obtendo maior respeito ainda pelas provações a que foi exposto este povo em toda sua trajetória nestes quase sessenta anos.

Atualmente, porém, vivemos um momento de contraofensiva do capital e tem recaído sobre a América Latina o peso das ações imperialistas: vivenciamos, nos últimos anos, golpes que derrubaram os presidentes Fernando Lugo, no Paraguai em 2012, e Dilma Rousseff, no Brasil em 2016; a chegada ao poder (via golpe ou eleições) de mandatários neoliberais, como Horácio Cartes, no Paraguai, Mauricio Macri, na Argentina e Michel Temer, no Brasil, têm dado a tônica do que vem a ser estes tempos: prioridade nas relações com os EUA, contrarreformas que extinguem direitos dos trabalhadores, repressão aos movimentos sociais, etc... um Estado mínimo para o povo e máximo para o Capital. Ademais, as mortes de Hugo Chávez e Fidel Castro trazem enorme perda à simbologia de resistência e horizonte alternativo que tais personalidades representavam, uma vez que o simbólico, o imaginário, é elemento que compõe as relações sociais e faz despontar esperança na construção de uma sociedade melhor aos que produzem o mundo. Permanecendo nos países destes dois líderes, vemos transformações e conflitos cujas análises são de excepcional importância. No caso venezuelano, o governo de Maduro tem sofrido com enorme crise econômica ocasionada pela baixa do preço do petróleo no mercado internacional e por boicotes empreendidos pelos EUA, bem como pela contrainformação espalhada ao mundo pelos grandes meios de comunicação que são de propriedade das elites locais; grupos contrários ao governo tem se mobilizado, e confrontos violentos vêm ocorrendo cotidianamente no país. O governo não tem conseguido lidar com a questão. Maduro não tem a mesma força de Chávez. E tal abalo na Venezuela tem peso para Cuba, visto que o país sul-americano se tornou neste século XXI em um dos principais parceiros econômicos e ideológicos da ilha caribenha<sup>16</sup>. Para além desta conjuntura, Cuba vem desde alguns anos, discutindo alterações em seu planejamento político-econômico.

---

<sup>16</sup> As relações entre Cuba e Venezuela, no período do governo Chávez é um trabalho interessante a se considerar, observando os meios pelos quais os dois países buscaram desenvolver seus intercâmbios, que não foi com centralidade no lucro, mas na cooperação solidária.

E dentro desta questão é que o presente trabalho que realizamos se insere, buscando contribuir no entendimento do que tem sido proposto e recém-praticado pelo governo cubano: passada a década de 1990, com a queda da URSS e a crise encarada no *Período Especial*, e depois de uma onda integradora latino-americana que fortaleceu a economia cubana, o que é proposto nos Planos e Lineamentos Atualizados discutidos e aprovados no Congresso do Partido em 2016? O que pretende o governo cubano com tais reformas, dentro de seu horizonte socialista?

## **UMA LEITURA CRÍTICA DA ATUALIZAÇÃO DO MODELO CUBANO A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS**

Como foi citado na introdução do presente trabalho, são três os documentos oficiais aprovados pelo Partido Comunista Cubano e pela Assembleia Nacional do Poder Popular no ano de 2016: a *Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista*; a *Actualización de los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*; e o *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030: Propuesta de Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos – PNDES*. Estes são os documentos que formam a base da condução do presente e futuro cubanos. Neles aparecem referências conceituais e pragmáticas tanto para o imediato quanto ao porvir.

Entende-se que o *Conceptualización del Modelo...* fornece sustentação teórica para se atingir o modelo econômico e social aspirado; é guia conceitual das atualizações do Modelo; expressa uma visão de futuro, uma vez que é escrito no presente “teniendo en cuenta las condiciones de la actual etapa de la construcción del socialismo” (p.2). Desta forma, como traz as caracterizações a serem assumidas como base da vida econômica e social cubana, são para o imediato, para o curto prazo.

Já a *Actualización de los Lineamientos...* traz diretrizes para o planejamento econômico e social quinquenal, ou seja, para o médio prazo. São linhas simples e, em alguns casos, genéricas, que deixam dúvidas em alguns trechos, o que traz a necessidade de buscar documentos (como as leis específicas de cada área) que aprofundem mais o conteúdo em determinados pontos. Esta atualização teve como princípio os *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, elaborado e aprovado no 6º Congresso do Partido Comunista Cubano em 2011, e toda a discussão e as experiências acumuladas das modificações ocorridas desde então. Assim, nosso trabalho compreendeu a leitura inicial do

documento anterior para efeito comparativo entre um e outro, percebendo o que foi retirado, modificado ou incluído e trouxe substancial contribuição ao nosso objetivo.

O *PNDES* tem o sentido de conduzir o Sistema de Planificação Nacional a um determinado horizonte de Nação, definindo alguns importantes Eixos e Setores Estratégicos que funcionam como “pilares y fuerzas motrices” do desenvolvimento nacional. Tal plano tem o objetivo de nortear a história futura cubana no longo prazo.

Adicionado à *Conceptualización del Modelo...* e ao *PNDES*, está o quinto e último documento utilizado, que traz o significado de alguns termos e expressões que aparecem tanto no debate do 7º Congresso quanto nos impressos oficiais, a saber: *Acepción de algunos términos utilizados en los documentos que se presentaron al 7mo. Congreso del Partido*<sup>17</sup>. Deste impresso, traremos alguns elementos ao longo da discussão quando sentirmos a necessidade de esclarecer algum ponto.

Adiante, buscamos estruturar o texto mesclando os documentos analisados e ordenando-os em seis tópicos que permitam uma exposição clara e objetiva para entender a atualização do Modelo econômico e social cubano. Nos documentos oficiais, há expressões e termos que carregam uma grande carga ideológica e, portanto, resolvemos identificá-los entre aspas e manter o idioma espanhol, para que não gere impressão ao leitor de que são colocações nossas. Também em aspas, como é de praxe, foram colocadas as citações necessárias, sendo, nestes casos, identificado o documento de origem e sua página de referência. Estas citações também foram mantidas em espanhol para evitar o erro de alteração de conteúdo no processo de tradução. Aos que sentirem a necessidade e/ou interesse, todos os arquivos podem ser obtidos integral e gratuitamente na página [www.cubadebate.cu](http://www.cubadebate.cu).

## PRINCÍPIOS DO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL CUBANO E SUAS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES

Os documentos partem do pressuposto que a atualização do Modelo é necessária para manter as conquistas da Revolução e desenvolver o socialismo em Cuba. Estas transformações devem avançar “sin prisa pero sin pausa, con orden y disciplina sobre la base de los principios de nuestro socialismo, en especial los ideales de igualdad y justicia de la

---

<sup>17</sup> Ou seja, em um mesmo documento estão reunidos os seguintes: 1) *Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista*; 2) o *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030: Propuesta de Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos*; e 3) *Acepción de algunos términos utilizados en los documentos que se presentaron al 7mo. Congreso del Partido*.

Revolución, sin resquebrajar la unidad de la mayoría del pueblo en torno al Partido” (*Conceptualización del Modelo...*, p. 15). A necessidade das mudanças se deve ao contexto internacional, que é de intensificação da luta de classes, com “las crecientes contradicciones entre el imperialismo y los pueblos”, tendo os EUA e seus aliados na luta pela conservação de “sus posiciones de dominación imperialista” (*Conceptualización del Modelo...*, p. 15). Frente a isso, Cuba decide realizar reformas internas e reafirmar sua participação ativa ao lado dos povos da América, por meio da ALBA e da CELAC<sup>18</sup>, mantendo, em suas relações internacionais, atitude solidária “con las hermanas naciones del Sur” e, com as nações industrializadas, assumindo posição de igualdade soberana, não permitindo ingerência interna e buscando vantagens recíprocas.

Após árduo trabalho dos setores envolvidos<sup>19</sup>, os documentos foram elaborados, discutidos, consolidados e aprovados. No diálogo entre si, mantendo funcionalidades e temporalidades específicas, destacam a importância do Modelo, uma vez que este abarca toda a economia e a vida social do país, com o objetivo de impulsionar e construir a sociedade socialista a partir do desenvolvimento das forças produtivas nacionais em consonância com a manutenção dos valores da Revolução: “la dignidad, honradez, modestia, honestidad, solidaridad, laboriosidad, altruismo, humanismo, justicia, responsabilidad, desinterés, heroísmo, audacia, patriotismo, antimperialismo e internacionalismo” (*Conceptualización del Modelo...*, p. 24). Nele, a preservação e continuidade do que foi construído em Cuba desde 1959 e a transição ao socialismo estão associadas ao incremento econômico, ou seja, o crescimento da economia cria condições materiais para consolidação da sociedade socialista e do bem estar individual, familiar e coletivo. Tal processo só é visto como possível através do aperfeiçoamento do Estado e da estrutura econômica cubana.

A consolidação do Estado Socialista é posta através do aprimoramento de seus órgãos e instituições, de maneira que permitam uma administração pública “ágil y eficaz”, bem como pela criação de mecanismos que viabilizem o crescimento da participação efetiva de todos os atores sociais – especialmente o povo – na tomada de decisões. Além disso, é tido como

---

<sup>18</sup> ALBA: Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América; CELAC: Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Note-se que tal “participação ativa” de Cuba se realiza por meio dos blocos de integração política e comercial, na intenção de melhorar as condições econômicas dos países envolvidos e, conseqüentemente, incrementar o bem-estar de suas populações. Tudo isso através de relações comerciais mais equitativas e por meio de reformas políticas. Vê-se, assim, a inexistência de perspectiva revolucionária no contexto atual – muito diferente do que se pode colocar como as “participações ativas” das décadas de 1960 e 1970.

<sup>19</sup> A *Conceptualización del Modelo...*, por exemplo, foi trabalhada ao longo de cinco anos e foram elaboradas sete versões até se chegar ao impresso aprovado.

mister consolidar “la defensa y la seguridad nacional” e fomentar “la integración internacional de Cuba en los procesos económicos mundiales y regionales” (*Conceptualización del Modelo...*, p. 19). Internamente é necessário enfrentar “la corrupción, el delito, las indisciplinas sociales y administrativas” que desviam e retardam as ações estatais do caminho do desenvolvimento. No cenário internacional, há que se ter em conta “los cambios que el enemigo introduce en sus doctrinas para la realización de las diferentes formas de agresión” (*Conceptualización del Modelo...*, pp. 19-20). Como forma de promover um entorno de paz favorável aos objetivos do país, as reivindicações pelo fim do bloqueio<sup>20</sup> e a devolução do território da Base Naval de Guantánamo devem ser ampliadas.

Sobre a transformação econômica em Cuba, se coloca a necessidade do reconhecimento de diversas formas de propriedade e gestão que incluem a iniciativa privada, tanto em sua menor proporção, via *cuentapropismo*, como pelos Investimentos Estrangeiros Diretos – IEDs. Desta forma, abre-se espaço ao alargamento das leis do mercado e, assim, se pontua como imprescindível a regulação destas pelo Estado Socialista.

## MERCADO REGULADO

Na aceção sobre o mercado regulado em Cuba, consta que ele “existe y actúa con independencia de que sea o no reconocido, tanto en el escenario nacional como en el internacional” (*Acepción de algunos términos...*, p. 31). Na sequência, realiza a crítica a este modo de produção e intercâmbio. A justificativa para a existência e atual ampliação da ação do mercado em Cuba é seu uso “dentro de las finalidades estratégicas”. E que finalidades são estas? “En el Modelo, el mercado regulado funciona como contexto coordinador de las innumerables interacciones que se producen entre los múltiples actores económicos.” (*Acepción de algunos términos...*, p. 31). No caso dos IEDs a *Actualización de los Lineamientos ...* marca a necessidade de “Incrementar la participación del capital extranjero como una fuente importante para el desarrollo del país. Considerarlo en determinados sectores y actividades económicas como un elemento fundamental” (p. 19). Os investimentos categorizados como essenciais são aqueles dirigidos à erradicação das insuficiências econômicas do país, tais como “improvisación” e “espontaneidad”, bem como o “incumplimiento de los planes”. As inversões que se aprovem devem ser realizadas com

---

<sup>20</sup> Sobre esta questão, na Assembleia Geral da ONU de 2016, Cuba conseguiu o apoio de 191 de 193 países. Os EUA e Israel se abstiveram de votar, o caracterizou a primeira vez que estes dois países não realizam voto contra o pedido de extinção do embargo.

capital próprio ou crédito externo, e há que se demonstrar a capacidade de recuperação a partir de seus próprios resultados (pp. 21-22).

Para se ter ideia das ações já postas em prática referentes às IEDs, em 2015, o então Ministro do Comércio Exterior de Cuba, Rodrigo Malmierca, foi à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP apresentar, à burguesia paulista, as áreas abertas ao investimento estrangeiro na ilha. São elas: agrícola e florestal; indústria alimentícia; indústria açucareira; farmacêutica e biotecnológica; turismo; construção; energia e minas; comércio atacadista; saúde; indústrias sideromecânica, leve, química e eletrônica; e transportes<sup>21</sup>. Isso demonstra que realmente se considera imprescindível a atuação do capital transnacional na ilha como tática de construção do socialismo – algo que soa, pelo menos, contraditório. Nos documentos aprovados em 2016 já aparece como diretriz a ampliação da carteira de oportunidades de investimento estrangeiro para os próximos anos. Para muitas ações do capital estrangeiro, o Estado cubano propicia a criação das Zonas Especiais de Desenvolvimento – ZED, como ocorreu com a região do Porto de Mariel, onde foi forte a presença de capital brasileiro através de obras da empreiteira Odebrecht financiadas pelo BNDES.

O tema das IEDs, a ação do mercado e a regulação estatal nos leva aos próximos dois pontos de análise: as distintas formas de propriedade e gestão em funcionamento em Cuba e a centralidade na planificação da economia.

## FORMAS DE PROPRIEDADE E GESTÃO NO NOVO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL CUBANO

As formas de propriedade e gestão existentes e reconhecidas em Cuba são as seguintes:

- *A propriedade socialista de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção*: Esta é considerada a “columna vertebral” da sociedade, tendo o Estado como representante do povo. O caráter fundamental dos meios de produção controlados pelo povo/Estado diz respeito àqueles de “papel estratégico en el desarrollo económico y social, la vitalidad, sostenibilidad del país y la seguridad nacional” (*Conceptualización del Modelo...*, p. 8), e são constituídos pelas terras (que não pertençam a pequenos proprietários e cooperativas);

---

<sup>21</sup> Retirado da própria *Apresentação da carteira de oportunidades de investimento estrangeiro* elaborada pelo governo cubano para a ocasião. A relação de áreas abertas aos IEDs está presente na página 13 do documento.

recursos naturais; principais indústrias; e serviços básicos. A posse e gestão de algum destes meios fundamentais de produção por iniciativas privadas, bem como a apropriação não estatal de parte da riqueza gerada, ficam circunscritas a marco regulatório e controle a serem definidos caso a caso, e estão sujeitas à temporalidade determinada.

Neste modo de propriedade socialista há uma divisão interna em dois tipos:

1. Unidades orçamentadas: cumprem missões e funções de caráter estatal, fazendo parte do Estado Socialista; os serviços oferecidos geralmente não tem finalidade mercantil; realizam atividades voltadas à saúde, educação, esporte, cultura, preservação ambiental, segurança nacional, etc.
  2. Entidades empresariais da propriedade socialista de todo o povo: produzem bens e serviços de caráter mercantil, na intenção de cobrir gastos e obter utilidades (uma parte do valor produzido); têm relativa autonomia – determinada por marco regulatório do Estado – e decisões podem ser tomadas por quadros diretivos e por coletivos de trabalhadores; o Estado, como representante do povo, capta impostos (como de outras formas de propriedade), decide e controla os destinos dos bens e das utilidades recebidas, designa e revoga os principais membros da direção, estabelece estímulos “morales y materiales” aos trabalhadores; os empregados nestas entidades recebem de acordo com o trabalho aportado segundo a lei de distribuição socialista – “de cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo seu trabalho” – e estes ingressos (salários) devem ser suficientes para satisfazer “las necesidades básicas, como para el bienestar y la prosperidad” do indivíduo e da família – por mais que se tenha ciência de que estes ganhos não têm coberto todas estas condições (*Conceptualización del Modelo...*, p. 9).
- *As cooperativas*: Fazem parte da propriedade socialista e suas funções devem estar regidas nos preceitos da planificação. As cooperativas são entidades econômicas com personalidade jurídica que oferecem bens e serviços à população, de maneira a liberar o Estado da responsabilidade direta sobre algumas atividades. Os ingressos dos trabalhadores são determinados a partir do trabalho aportado de cada um e vêm dos resultados de cada organização. Destes resultados também vêm os recursos para cobrir gastos. Os trabalhadores permanentes são sócios, com iguais direitos, e as decisões partem do órgão máximo que é a Assembleia, onde todos os sócios tem o mesmo direito à voz e voto. As cooperativas podem contratar trabalhadores assalariados (em caráter temporário) e outras empresas (de forma temporária ou permanente), para realizar

atividades secundárias. O Modelo prevê, ainda, que poderão ser criadas cooperativas de segundo grau em que os sócios sejam as próprias cooperativas. O objetivo destas será a realização/organização de atividades complementares (*Conceptualización del Modelo...*, p. 10).

- *A propriedade mista*: Composta pela integração da propriedade socialista com outra (pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira), para a produção de bens ou serviços e recebimento de “utilidades” – o que talvez seja colocado como um eufemismo para lucro. No geral, funciona nos moldes de uma Parceria Público-Privada como conhecemos tradicionalmente nos países capitalistas – o que nos acende um sinal de alerta ao lermos isto num documento oficial cubano. A parte da propriedade socialista participa da gestão e direção do negócio. A propriedade mista tem “desempeño dinamizador en el desarrollo” e não pode “comprometer la independencia y soberania de la nación” (*Conceptualización del Modelo...*, p. 10).
- *A propriedade privada*: Podem ser constituídas por pessoas físicas ou jurídicas (cubanas ou estrangeiras, sendo que as de totalidade estrangeira se autorizam caso a caso e não podem atentar à preservação da soberania nacional) em atividades determinadas e segundo uma lei que as regula, inclusive nos limites da concentração de riqueza e propriedade – o que é um grande tema atual senão a maior das questões debatidas desde a aprovação dos documentos de atualização do Modelo<sup>22</sup>.

As empresas privadas devem realizar atividades que cumpram função social; são “un elemento complementario, facilitador del bienestar, que canalizan potencialidades productivas que pueden aportar al desarrollo socioeconómico del país” (*Conceptualización del Modelo...*, p. 10). Os cubanos podem constituir dois tipos de propriedade privada:

1. Pequenos negócios realizados por si próprios e suas famílias – o chamado *cuentapropismo*.
2. Empresas privadas médias, pequenas ou micro.

---

<sup>22</sup> Aliás, cabe enfatizar que o acompanhamento e estudo desta questão é de extrema importância para dar continuidade a este trabalho.

Em todos os casos o Estado regula a apropriação privada dos resultados do trabalho alheio e as “utilidades” nestes negócios<sup>23</sup>. (*Conceptualización del Modelo...*, p. 10).

- *A propriedade de organizações políticas, de massas, sociais e outras formas associativas*: São associações sem fins lucrativos, que oferecem bens ou serviços a partir de propriedade própria dos meios de produção. (*Conceptualización del Modelo...*, pp. 10-11).

A coexistência e interação das formas de propriedade apresentadas acima constituem o sistema empresarial do Modelo. Todas são reguladas por lei e cumprem marco regulatório. O Estado regula a “constitución, disolución, liquidación y reestructuración de las personas jurídicas de todas las formas de propiedad, define sus ámbitos de actuación y actividades principales” (*Conceptualización del Modelo...*, p. 11).

## A PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA

O sistema de direção econômica é o instrumento do Estado Socialista para o “desarrollo de la economía nacional”. A partir da planificação, o Estado atua de maneira decisiva sobre toda a estrutura econômica nacional, implantando, através de seus órgãos e organismos, as reformas projetadas e que se fizerem necessárias. O Estado realiza o Plano mediante o uso dos seguintes componentes que se inter-relacionam:

- *Planificação Socialista*: é a principal reitora e definidora do sistema de direção; deve ser realizada de maneira “centralizada y participativa”, tendo o objetivo de impulsionar e consolidar a “construcción de nuestro socialismo”. Mesmo sendo um mecanismo essencialmente econômico, deve ter como horizonte a *Visão de Nação* almejada, a qual aparece no *PNDES* com as seguintes características: “soberana, independente, socialista, democrática, próspera y sostenible”. (p. 18).
- *A regulação*: ordenamento das transações e controle da distribuição e redistribuição dos ingressos. Tal função abarca todas as formas de propriedade e gestão, regula os interesses individuais e coletivos por meio de instrumentos econômicos e é composta pelas políticas fiscal, monetária, cambial, creditícia e de preços.

---

<sup>23</sup> Durante a pesquisa não encontrei elementos sobre a forma de regulação que o Estado tem sobre estas “utilidades”. Para isto – assim como para outras atuações do Estado nos negócios privados na ilha –, talvez seja necessária a análise de cada lei específica – o que não foi possível fazer neste trabalho.

Uma das funções principais da regulação é o controle do mercado e suas leis, bem como de seus espaços de atuação. Entre essas atribuições estão:

1. Proporcionar aos diferentes tipos de propriedade e gestão condições similares de acesso ao mercado e estabelecer padrões de “producción y consumo racionales, ambiental y socialmente sostenibles”.
  2. Delimitar âmbitos da vida econômica e social em que se reconhece e utiliza o mercado.
  3. Regular a “competencia” e impedir “malas prácticas”.
  4. Proteger o cidadão consumidor.
  5. Impedir monopólio.
- *A gestão do Estado*: administração dos recursos nacionais e coordenação dos diferentes atores econômicos que estão vinculados à economia nacional e internacional e que, portanto, devem desenvolver a capacidade exportadora e a substituição efetiva das importações, buscando a integração com outros países – preferencialmente da região e dando especial atenção e prioridade à ALBA.
  - *O controle*: esta função fornece ao Estado a capacidade de “prevenir y fiscalizar el cumplimiento de los objetivos trazados, así como posibilitar la corrección de desviaciones” (*Conceptualización del Modelo...*, p. 13).

A planificação atua, sobretudo, nos Setores Econômicos Estratégicos, que são as atividades com potencial para impulsionar a transformação da estrutura econômica.

## SETORES ECONÔMICOS ESTRATÉGICOS

As características que compõem este grupo estratégico são: importante proporção dentro da economia nacional; capacidade de adaptação; produzem para exportação, objetivando realizá-la cada vez com mais valor agregado; contribuem à diminuição das importações e sua conseqüente produção interna; incidem positivamente na balança de pagamentos e na sustentabilidade ambiental; geram empregos e abastecem demanda da população; favorecem conexões com novas tecnologias; contribuem para soberania e segurança nacional.

Os setores estratégicos estabelecidos como proposta preliminar para o quinquênio 2017-2021 são muito parecidos às áreas contidas na carteira de investimentos apresentadas na FIESP em 2015, e isto não é coincidência, já que o Estado prevê, na atualização do Modelo, forte atuação da iniciativa privada – principalmente estrangeira via IED – nestas atividades. Contudo, ressalta, tudo será regulado. Os setores estratégicos são:

1. Construções;
2. Eletroenergético;
3. Telecomunicações, tecnologia da informação e conectividade;
4. Logística integrada de transporte, armazenamento e comércio;
5. Logística integrada de redes e instalações hidráulicas;
6. Turismo e sua diversificação;
7. Serviços profissionais (especialmente dos médicos);
8. Agroindústria não açucareira e indústria alimentícia;
9. Farmacêutico, biotecnológico e produtos biomédicos;
10. Agroindústria açucareira e seus derivados;
11. Indústria ligeira (voltada ao consumidor final).

Complementarmente, os documentos ressaltam a necessidade de fomentar as pequenas e médias empresas de bens e produtos que gerem encadeamento entre as empresas maiores e a população, reduzindo os custos do Estado nestas atividades. Para isso, é necessário um “proceso de descentralización de la dirección económica y la elevación de la autonomía empresarial”, propiciando a

[...] conformación de una economía más abierta en cuanto a su participación en el comercio mundial, pero más articulada internamente y con mayor capacidad para la difusión del progreso económico y tecnológico al interior de su sistema productivo como plataforma de apoyo de su competitividad (*Conceptualización del Modelo...*, p. 26).

Com tudo o que foi exposto neste tópico, o que se verifica nos documentos que moderam a atualização é a ampla tendência de participação do mercado na economia, mesmo que com o controle estatal sendo reafirmado a todo instante. Esta amplitude do mercado em Cuba e o dito processo de descentralização nas decisões empresariais são indicativos de uma gradual penetração das leis de mercado na ilha, o que tem forte potencial de minar os êxitos da Revolução e, portanto, devem ser bem analisados e corrigidos os desvios que tragam problemas ao objetivo socialista de Cuba.

## POLÍTICAS SOCIAIS E O PAPEL DO TRABALHO

A defesa das conquistas da Revolução na esfera das políticas sociais é enfatizada em todos os documentos oficiais. Colocando aqui de maneira resumida, os planos, lineamentos e a conceitualização formalizam e expressam incondicionalmente a manutenção das políticas sociais a toda a população cubana, não se esquecendo de ressaltar o “papel del trabajo” no desenvolvimento socioeconômico socialista no país, meio pelo qual se amplia a riqueza social e possibilita a lei distributiva de ingressos – por um lado, pela quantidade de trabalho aportado, e, por outro, no oferecimento ou subvenção de itens básicos, como acesso a educação<sup>24</sup> e saúde de qualidade e gratuitos, assistência social, prática de atividades físicas e esportivas, condições dignas de moradia, subsídios às pessoas em estado de vulnerabilidade e/ou impossibilitadas de trabalhar, etc. Assim, é sempre presente a relação entre o crescimento econômico e preservação dos valores socialistas como forma de manter e ampliar o atendimento das políticas sociais no país.

Detendo-nos um pouco mais no ideal dado ao trabalho, os documentos apresentam os seguintes pontos: meio pelo qual cada cidadão mantém condições dignas de vida, através do sustento logrado pelos ingressos do trabalho realizado; além disso, é também a forma pela qual indivíduo, núcleo familiar e coletividade criam condições de prosperidade (*Conceptualización del Modelo...*, pp. 13-14). Quanto à questão dos ingressos, podemos identificar nos documentos que são eles os fatores distintivos na quantidade de recursos financeiros na sociedade cubana, por dois motivos:

1. Os trabalhadores recebem ingressos diferentes em função da quantidade, qualidade e complexidade da atividade que realizam e também em virtude de seus resultados.
2. Existem ingressos não provenientes do trabalho que são legalmente reconhecidos: remessas do exterior<sup>25</sup>, heranças, venda de patrimônio pessoal, etc.

---

<sup>24</sup> Educação compreende: educação mínima obrigatória (ponto 279 do documento); educação integral, que conta com cidadania, civismo, ética, formal, jurídica, sexual, ambiental, etc. (ponto 283); formação técnica (ensino-trabalho) (ponto 281) e educação superior (ponto 282) (*Conceptualización del Modelo...*, p. 13).

<sup>25</sup> Este também é um relevante ponto de estudo, uma vez que grande parte da estratificação social em Cuba se deve a estas remessas. É até por isso que, na atualização do Modelo, se fala de subsidiar as pessoas que necessitem e não mais os produtos – entendendo que, no caso dos subsídios aos produtos e serviços, a parcela de população que recebe remessas de dólares tem enorme benefício no acesso a estes, deixando em pior situação aqueles que não contam com suporte financeiro de parentes no exterior. Como complemento a isto, a *Actualización de los Lineamientos...* pondera a eliminação da de subsídios e da *libreta* – a caderneta de produtos subsidiados de cesta básica, garantida a toda população. Em 2006, na entrevista concedida a Ignacio Ramonet,

Também são políticas sociais defendidas nos documentos oficiais: a preservação da identidade nacional; o direito à organização sindical; a prevenção e enfrentamento de todas as manifestações de discriminação e violência; a regulação da publicidade pelo Estado, orientando para uma vida saudável e determinada pela moral socialista, garantindo “un crecimiento sostenido del consumo de la población” e baseada em princípios éticos e estéticos que não promovam símbolos “coloniales y procapitalistas”; o incentivo ao enriquecimento e acesso cultural da população aos “mejores valores del arte generado por los pueblos del mundo”, impulsionando alternativas culturais, esportivas e de entretenimento com fundamento humanista e socialista, além de preparar a população contra os elementos produzidos pela indústria cultural hegemônica, possibilitando ao povo “interpretar críticamente los mensajes nocivos, proimperialistas, anexionistas, consumistas, coloniales, racistas, violentos y degradantes” (PNDES, pp. 24-25).

Mas, por mais que haja avanços amplamente reconhecidos dos aspectos sociais em Cuba, isso não quer dizer que não existam desafios a serem superados. Algumas metas para melhoria das condições de vida da população são: alcançar estabilidade econômica e social que possibilite futuro pessoal e familiar longe de inseguranças e incertezas; encontrar alternativas para lidar com o generalizado envelhecimento da população, além de promover aumento na taxa de fecundidade; elevação das condições de alimentação, acesso à água potável, transporte público, moradia, entre outras (*Conceptualización del Modelo...*, pp. 13-14).

Cuba tem preservado seus investimentos na área social. Segundo dados da CEPAL, é o país que mais investiu em educação (12,8% do PIB nacional<sup>26</sup>, em 2010) e saúde (11,1%, em 2014). Ainda assim, e por mais que os documentos insistam em reafirmar em diversos momentos os valores socialistas de Cuba, a tendência apresentada na escrita e nas mudanças propostas trazem consigo preocupações àqueles que sempre admiraram a história e o exemplo da Revolução Cubana. Nas considerações finais deste trabalho, tentaremos expor estes temas.

---

Fidel já considerava tal questão: “[...] é preciso ir abandonando aos poucos as políticas de subsídios que hoje podem atuar como empecilho. [...] subsídios ou concessões, apenas para coisas essenciais e vitais. Não serão cobrados serviços médicos ou educacionais, nem serviços semelhantes. Mas será preciso cobrar a moradia. [...] Também estamos criando condições para que a *libreta* desapareça. Estamos criando condições para que essa *libreta*, que foi indispensável em algumas ocasiões, e que agora é um problema, seja alterada. Sem cometer nenhum abuso, se matar ninguém de fome, apenas com princípios bastante simples: a *libreta* tem que desaparecer”. (pp. 521-522).

<sup>26</sup> Quase o dobro do segundo país que mais investe dinheiro público nessa área: Bolívia, 7,3% em 2014; e para se comparar com as maiores economias latino-americanas: Brasil: 5,9% em 2014, Argentina: 5,3% em 2013 e México: 5,2% em 2011.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os documentos oficiais do governo cubano estudados para a realização deste trabalho, é colocado claramente o horizonte almejado: a construção do socialismo. Por socialismo, entendemos ser o momento em que a classe trabalhadora organizada detém o poder político e econômico e implementa medidas que vão, gradualmente, eliminando as relações burguesas da sociedade, extinguindo o capital e concentrando no Estado – agora comandado pelo proletariado – os meios de produção. Nas palavras de Marx e Engels:

[...] o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado à classe dominante, a conquista da democracia.

O proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas. (MARX e ENGELS, 2004, p. 66)

Trata-se, portanto, de romper com a estrutura do capital, trabalhando de maneira consciente e organizando coletivamente a produção e a distribuição das riquezas, e sempre com o ideal voltado à construção dos alicerces de “uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX e ENGELS, 2004, p. 67), pois, como afirmam estes mesmos autores,

[...] somente na comunidade, portanto, a liberdade pessoal torna-se possível. Nos sucedâneos da comunidade existentes até aqui, no Estado etc., a liberdade pessoal existia apenas para os indivíduos desenvolvidos nas condições da classe dominante [...] era uma associação de uma classe contra outra classe, era, para a classe dominada, não apenas uma comunidade totalmente ilusória, como também um novo entrave. Na comunidade real, os indivíduos obtêm simultaneamente sua liberdade na e por meio de sua associação (MARX e ENGELS, 2007, p. 64).

No capitalismo contemporâneo é possível ver as condições materiais que dão possibilidade para tal transformação. Por um lado temos conhecimento que 1% da população mundial concentrou, em 2015, 48% da riqueza produzida – sendo que pode-se afirmar que os 52% restantes também ficam quase em sua totalidade circunscritos ao grupo dos 20% mais ricos –, ou, para traduzir em números ainda mais impactantes, “Atualmente, oito homens detêm a mesma riqueza que a metade mais pobre do mundo [...] uma riqueza líquida de US\$ 426 bilhões, valor equivalente à riqueza líquida da metade mais pobre da humanidade” (OXFAM, 2017, pp. 2 e 11). Ou seja, o distanciamento da generalidade humana das condições de vida é tão extremo que não há como não identificar que tamanha concentração de riqueza é já insuportável. Assim, lembremos,

Para que ela se torne um poder “insuportável”, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente “sem propriedade” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente (MARX e ENGELS, 2007, p. 38 – Nota c).

Do outro lado, concluindo o ponto levantado no parágrafo anterior sobre as condições objetivas “maduras” para uma possível transformação, percebemos a situação presente na qual as forças produtivas mundiais se encontram em alto nível de desenvolvimento, o que, segundo a teoria marxiana, seria básico para a edificação de uma sociedade nova, livre da fome e demais necessidades materiais, visto que, sem este alto grau de desenvolvimento, “[...] apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, as lutas pelos gêneros necessários recomeçariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer” (MARX e ENGELS, 2007, p. 38 – Nota c).

De maneira geral – mas longe de ser unânime –, nos debates sobre a emancipação humana sob a ótica marxista, somente com esta condição dialética em andamento nos países de pleno desenvolvimento das forças produtivas, existe potencial à transformação mais radical da sociabilidade mundial. O que quer dizer que o rompimento real e total com esta estrutura societal pautada no trabalho alienado, fetichismo da mercadoria e ideias de liberdade e igualdade sustentadas na propriedade privada deve ocorrer em escala global, tendo como *linha de frente* a classe trabalhadora dos países cujas forças produtivas estejam em circunstâncias de poder impulsionar tal revolução a ser empreendida pelos outros povos do mundo. Isso não significa, de forma alguma, que tais processos revolucionários não possam triunfar em países nos quais os meios de produção não estejam em pleno desenvolvimento. Tanto é que são exemplos disto as revoluções na Rússia, em 1917, na China, em 1949, e Cuba, da qual tratamos aqui. São fatos históricos como estes, somados à força das análises empreendidas sobre o movimento do capital, que demonstram a possibilidade de superação do estado de coisas presente. Os países que conseguem a revolução socialista mesmo sem a base econômica estabelecida para seu integral evoluir demonstram sua coragem de propor um “outro mundo possível” e carregar a honra, mas também o peso, de suportar os ataques imperialistas nefastos manifestos por inúmeras vias (militar, econômica, política, midiática, etc.), como expõe István Mészáros em *A Crise Estrutural do Capital*:

(...) Enquanto várias formas do empreendimento pós-capitalista são indubitavelmente realizáveis, não importa quão limitado seja o cenário, precisamente pelo mesmo motivo – a necessária limitação desse cenário – elas também continuam sob uma ameaça permanente. E prosseguem sob tal ameaça enquanto o objetivo fundamental de avançar *para além do capital* não for resolvido. Posto de outra maneira, esta ou aquela forma particular de capitalismo pode, na verdade, ser “abolida” numa estruturação limitada, mas tal “abolição” não pode oferecer nenhuma garantia contra a sua revitalização ou “restauração” potencial,

dependendo da configuração total de circunstâncias sociais e históricas definidas pelo papel mais ou menos importante do capital na totalidade do sociometabolismo em escala global. (p. 78)

Para deixarmos aqui nossas considerações finais, partimos de outra afirmação de Marx: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Assim, aquilo que os documentos demonstram ou deixam transparecer como tendência é que Cuba tem colocado as bases formais para o desenvolvimento de uma estrutura capitalista, mesmo que gerida em grande medida pelo Estado. A maneira de firmar o objetivo do socialismo claramente é de extrema importância, uma vez que no debate de ideias, em muitos ambientes – seja nas universidades, nos movimentos sociais ou nos partidos políticos – pouco se fala disso como horizonte, mantendo uma práxis de via estéril – como o Neodesenvolvimentismo ou outras propostas de capitalismo alternativo, etc. – que muitas vezes prejudica o método de compreensão da realidade e de atuação sobre ela. Porém a maneira de articular a construção do socialismo em Cuba, a partir de um desenvolvimento econômico mais “moderno” e “competitivo”, mas mantendo as conquistas da Revolução e ampliando o bem-estar da população, é contraditória.

Nossa colocação se formula de maneira cuidadosa e sobre um objeto em movimento incipiente e efervescente, o que pode se caracterizar como atrevimento, perante a importância do estudo, tão preocupante a estudiosos de consolidada maturidade teórica, como é o caso do economista argentino Claudio Katz. Não se trata, portanto, de afirmar a derrocada completa do socialismo cubano, o qual reconhecemos e defendemos, tanto por sua valiosa história quanto pela contribuição em todas as esferas da vida: social, econômica, política, cultural, etc. Não concluímos este trabalho com a arrogância e indiferença de quem analisa o mundo do conforto do escritório e pouco se preocupa com as consequências. Mas assumimos a tarefa de dizer verdadeiramente, com todo o peso que as palavras carregam, quando se sente que as coisas não vão bem e quando a tendência que emerge é problemática, como a que verificamos através dos documentos aqui apresentados. É por isso que nos valemos de Marx e sua percepção de que os homens são sujeitos da história, mas não como bem desejam, pois ao estudarmos a história cubana e seu atual contexto, percebemos que existe sim a necessidade de melhorar as condições materiais de existência na ilha. É imprescindível que as pessoas em Cuba – com em qualquer outro país do mundo – tenham satisfatórias condições de alimentação, lazer, trabalho e tecnologia. O embargo econômico bloqueia Cuba de ter acesso a muito itens básicos e outros cujo nível científico-tecnológico mundial também se apresenta

como de primeira necessidade<sup>27</sup>. Com isso, é evidente que grande parte da população se encontre insatisfeita com as condições de vida atuais. Isso pode ser muito mais forte nas gerações mais novas, pelo fato de já estarem distantes do processo revolucionário e ainda mais do período pré-revolução, o que pode fazer com que não tenham efetiva compreensão do valor das conquistas que se iniciaram em 1959. Da mesma forma, seria errado que pensássemos que a maioria da população não queira continuar as mudanças rumo à consolidação do socialismo, porém, frente ao contexto atual para a América Latina, pode crer que estas atualizações sejam tudo o que se pode realizar.

A proposta dos debates nos 6º e 7º Congressos é usar mecanismos de mercado como fonte de desenvolvimento para fortalecer as forças produtivas nacionais e “restabelecer a lei de distribuição socialista”, com o Estado atuando como representante do povo na planificação e regulação econômica e social. O ponto é: os documentos não revelam intencionalidade de reavivar o capitalismo na ilha. Pelo contrário, os valores da Revolução e a construção socialista são evocados em diversas passagens. Porém, por um lado, os planos e diretrizes parecem vir para formalizar e legitimar relações que já vigoram no país – como as remessas em moeda estrangeira e o *cuentapropismo* – e, por outro, ampliam as possibilidades de inserção de capital privado majoritariamente estrangeiro – via IEDs –, no intento de sair da estagnação e alcançar um melhor “patamar” de crescimento econômico.

Em relação aos *cuentapropistas*, os números oficiais já demonstram a existência de mais de 535.000 registrados formalmente – o número deve aumentar se levarmos em conta que muitos ainda receiam tal formalização. Este número se refere à cerca de 5% da população cubana, o que representa um alto índice de microiniciativas privadas para o curto prazo de início das reformas. Lembrando que esta cifra só se refere aos menores proprietários privados; com as médias e grandes empresas, o número de iniciativas privadas em Cuba neste pouco tempo pode revelar ainda mais contradições ocasionadas pela introdução de elementos do capital na ilha. Este tema, somado à verificação da presença do capital estrangeiro na ilha, são indispensáveis para efetiva apreensão do curso das atualizações do Modelo cubano, uma vez que pode reconduzir o país à dependência de outras economias, ainda mais por atribuir aos investimentos estrangeiros a categoria de fontes essenciais de desenvolvimento<sup>28</sup>. Para este

---

<sup>27</sup> Como acontece nos casos de satélites, peças de reposição, equipamentos da área de informática, acesso à compra de veículos – principalmente os de grande porte –, etc.

<sup>28</sup> Em 2015, a secretária executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, elogiou a medida cubana de abrir sua economia ao capital estrangeiro, afirmando que “O caso de Cuba deve ser posto em destaque porque abre o país ao investimento estrangeiro, mas seleciona itens importantes para o país e protege os empregos domésticos” (em <http://pt.granma.cu/cuba/2015-04-29/cepal-elogia-abertura-de-cuba-ao-investimento-estrangeiro>).

trabalho, não foi possível dar conta de tamanha tarefa. Fica para um momento posterior à apresentação destas páginas.

No que se refere ao conceito trabalho, há pontos que fariam Che se irritar. Guevara foi, indiscutivelmente, um dos líderes do processo revolucionário cubano e um dos pilares dos debates de transição socialista dos anos 1960. Como presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária e, depois, Ministro de Indústrias da ilha na primeira metade daquela década, esteve à frente dos processos de radicalização da economia cubana. Um destes processos trata da estrutura e forma de agir do Plano. A planificação é, para Che, um instrumento político, econômico e social essencial para a superação do capitalismo e transição ao socialismo; é para ele, a primeira possibilidade humana de conduzir as forças econômicas. E é nesta esfera que se trava um dos maiores embates teóricos em torno daquilo que envolveria Che Guevara e a economia cubana socialista: a divergência entre os meios de administração denominados *Cálculo Econômico* e *Sistema Orçamentário de Financiamento*. Em um discurso publicado em julho de 1963, Guevara os define resumidamente:

No que diz respeito à forma de administração, há dois sistemas cujos defensores discutem constantemente entre si e ambos estão implantados em diferentes ramos da economia e são: o que chamamos de autogestão financeira, similar ao que se chama na URSS cálculo econômico, no qual a empresa governamental tem a gestão de seus próprios meios financeiros e está controlada financeiramente pelo Banco Central; e aquele outro o que chamamos cálculo orçamentário, onde a empresa não dispõe de capital nenhum e somente é uma especialista na gestão que lhe foi encomendada, devendo entregar o produto de todas as suas realizações ao Ministério da Fazenda, que por sua vez entrega, através do Banco Nacional, as quantidades de dinheiro necessárias a sua gestão econômica.

A comparação constante destas duas tendências enriquece a capacidade de nossos quadros para poder distinguir o melhor caminho e contribui para uma contínua confrontação de ideias que favorece o desenvolvimento de um sistema de planificação menos rígido, mas técnico e concebido em contínua transformação. (GUEVARA, 1987, p. 15)

A defesa de Che era pelo *Sistema Orçamentário de Financiamento*, já que, para ele, a autonomia outorgada às empresas para manejo de seus recursos e o massivo uso de incentivos materiais ofertados à classe trabalhadora, seriam meios de aplicação ineficaz de armas do capitalismo contra o próprio capitalismo, o que, por sua vez, favoreceriam a reinserção dos elementos e da dinâmica capitalista no país, corroendo tudo o que havia sido conquistado no processo de transição até então. Para Che, o modelo de administração do *Cálculo Econômico*, o deixa, ainda em 1966, alerta para o que poderia ser um regresso da URSS e países do Leste Europeu ao capitalismo (MARCHI, 2015).

Fornecendo mais elementos a este debate da transição ao socialismo ou reinserção capitalista, trazemos aqui as palavras do próprio Fidel quando questionado sobre o futuro da

Revolução Cubana, tendo em vista o fim da URSS e os desvios da China, e se algo assim poderia suceder em Cuba:

Houve quem acreditasse que, com métodos capitalistas, iam construir o socialismo. É um dos grandes erros históricos.

[...] Eu disse numa ocasião que um dos nossos maiores erros no início, e muitas vezes ao longo da Revolução, foi acreditar que alguém sabia como se construía o socialismo, mas necessitamos de muitas ideias claras e muitas perguntas sobre como se pode preservar ou se preservará o futuro do socialismo.

[...] os ianques não podem destruir esse processo revolucionário, porque temos todo um povo que aprendeu a manejar armas; todo um povo que, apesar dos nossos erros, possui um nível de cultura, conhecimento e consciência que jamais permitirá que este país volte a ser uma colônia deles.

Mas este país pode se autodestruir sozinho. Esta Revolução pode ser destruída. Nós sim, nós podemos destruí-la, e seria nossa culpa. Se não formos capazes de corrigir nossos erros. Se não conseguirmos pôr fim a muitos vícios: muito roubo, muitos desvios e muitas fontes de abastecimento de dinheiro dos novos-ricos.

Por isso estamos agindo, estamos caminhando para uma mudança total da nossa sociedade. É preciso voltar a mudar, porque tivemos tempos muito difíceis, geraram-se desigualdades, injustiças. E vamos mudar sem cometer o mínimo abuso que seja. (CASTRO *apud* RAMONET, 2016, pp. 540-541)

Contraposto aos trechos apresentados acima, vemos nos documentos analisados, uma enorme ampliação da autonomia das empresas, além da abertura às formas de propriedade e gestão privadas e o uso de estímulo materiais para aumento da produtividade em Cuba. Desta forma, não há como deixarmos de problematizar tais pontos da atualização do Modelo. Ou seja, correndo o risco de parecermos fatalistas, mas buscando manter a sinceridade do estudo aqui empreendido, vemos tais pontos de inserção das leis de mercado presentes na reforma do Modelo cubano como concessões ao capital que podem levar à corrosão das conquistas da revolução.

Não é utilizada a palavra *reforma* em nenhum momento nos documentos. Esta aparece muitas vezes substituída pela expressão *atualização do Modelo*. Também não é proposta a expansão ou o fomento de outras revoluções socialistas que contraponham a ofensiva imperialista na luta de classes internacional. Por mais que entendamos que não há movimento de proposta revolucionária em ação atualmente na América Latina, não há como desprezar tal práxis como instrumento de construção socialista. Sem ela, não existe perspectiva de superação do subdesenvolvimento. Não há, nos documentos, perspectiva revolucionária – por mais que o conceito de *Revolução* de Fidel Castro<sup>29</sup> seja tido como um dos pilares da

---

<sup>29</sup> Pronunciado pelo próprio Fidel no 1º de maio de 2000: *Revolución es sentido del momento histórico; es cambiar todo lo que debe ser cambiado; es igualdad y libertad plenas; es ser tratado y tratar a los demás como seres humanos; es emanciparnos por nosotros mismos y con nuestros propios esfuerzos; es desafiar poderosas fuerzas dominantes dentro y fuera del ámbito social y nacional; es defender valores en los que se cree al precio de cualquier sacrificio; es modestia, desinterés, altruismo, solidaridad y heroísmo; es luchar con audacia, inteligencia y realismo; es no mentir jamás ni violar principios éticos; es convicción profunda de que no existe*

formulação da atualização – e que se coloque em alguns trechos a contraposição ao imperialismo e a todo símbolo pró-capitalista. A solidariedade internacional e a integração regional via ALBA é o que se pode perceber de mais próximo com os debates revolucionários da história de Cuba – principalmente dos anos 1960 – e, assim, são insuficientes. Essas ações, no texto, são colocadas em meio à parte da participação ativa nos blocos regionais e Sul-Sul.

Não esquecemos em nenhum momento o contexto internacional e os eventos políticos que rodeiam e marcam Cuba – abordados ao longo de mais de uma dezena de páginas no corrente trabalho –, tendo influência determinante na modificação de seu Modelo<sup>30</sup>. Cuba é expressão da luta de classes mundial, e não perde ou ganha apenas nos processos de sua história particular, mas se fortalece ou enfraquece com outros acontecimentos da região e do mundo, como por exemplo as vitórias junto à eleição de Allende, o triunfo sandinista na Nicarágua, ascensão de Chávez e Morales ao poder, etc. ou as derrotas devido os tantos golpes civil-militares na América Latina, a desintegração da URSS e dos países do Bloco Socialista e os ataques recentes ao projeto da ALBA e, principalmente, as agressões imperialistas à Venezuela.

Devido à conjuntura internacional de agressão imperialista na América Latina e – como já afirmamos – sem perspectiva revolucionária no horizonte próximo, somada às circunstâncias complicadas da economia cubana em questão de produção e abastecimento de bens necessários ao pleno bem-estar da população, o país opta pela concessão ao capital, buscando realizar tais “atualizações” do Modelo da maneira mais controlada possível, na intenção de manter as condições sociais e os valores cultivados há mais de meio século. Porém, como se viu no caso da URSS e do Leste Europeu, nas reformas empreendidas pela China e, além disto, pelos próprios trechos revelados por Fidel e Che ao longo desse trabalho, é difícil acreditar que a introdução e/ou ampliação de princípios capitalistas na ilha não levarão, gradualmente, a reinserção da sociabilidade centrada na mercadoria. *Ojalá* estejamos equivocados, mas os indicativos são deste caminho perigoso. Caso os próximos passos deste processo em Cuba siga o destino que identificamos, o estudo deste movimento toma a finalidade de verificar as possibilidades de ação para preservação da Revolução Cubana.

---

*fuerza en el mundo capaz de aplastar la fuerza de la verdad y las ideas. Revolución es unidad, es independencia, es luchar por nuestros sueños de justicia para Cuba y para el mundo, que es la base de nuestro patriotismo, nuestro socialismo y nuestro internacionalismo.*

<sup>30</sup> Ademais, este ano trouxe um agravante natural, com a catástrofe ocasionada pelo furacão Irma que acarretou ainda mais problemas estruturais ao povo cubano – além de arrasar outros lugares no Caribe e na América do Norte.

Nosso estudo não deixa, em nenhum momento de valorizar o exemplo da trajetória socialista em Cuba, bem como os triunfos e a força do povo deste país. Tendo isso em mente, nos posicionamos ao lado do já citado Claudio Katz, que em seu último texto sobre o assunto, conclui com o seguinte parágrafo:

O povo cubano mostrou uma extraordinária capacidade para se sobrepor às dificuldades retomando a confiança na revolução. É o país que exige maior cautela na hora de formular prognósticos. Muitas vezes se disse que não suportariam o bloqueio, as invasões, as penúrias ou o isolamento e sempre saíram vitoriosos. Seguramente voltarão a vencer o desafio. (KATZ, 2016, p. 363)

O que colocamos neste trabalho é a audácia de analisar documentos oficiais cuja realidade vista nos preocupa – por apresentar a inserção de elementos muito comuns em países capitalistas dependentes – e cuja tendência demonstrada neles nos assusta – por percebermos que a dinâmica do capital pode voltar a funcionar no país –, ao ponto de não mantermos toda a positividade de Katz, mas sim um realismo que nos impulsiona a estudar continuamente o caso de Cuba como um caso da humanidade e da luta de classes travada pela classe trabalhadora, alimentando a chama da esperança da superação do capital.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMENDRA, C. C. **A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu.** *In: Revolução Cubana – História e Problemas Atuais*, COGGIOLA, Osvaldo (org.), São Paulo, Xamã, 1998.

CARCANHOLO, M. D. **Dialética do desenvolvimento periférico:** dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *In: Revista de Economia Contemporânea*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 247-272, maio/agosto, 2008.

CUBA. **Actualización de los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución para el período 2016-2021 aprobados en el 7º Congreso del Partido en abril de 2016 y por la Asamblea Nacional del Poder Popular en julio de 2016.** Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/especiales/2016/09/13/vea-el-texto-integro-de-la-actualizacion-de-los-lineamientos-para-el-periodo-2016-2021-pdf/>>. Acesso em: 31 ago 2017.

CUBA. **Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista; Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030: Propuesta de Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos; Aceptación de algunos términos utilizados en los documentos que se presentaron al 7mo. Congreso del Partido.** Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/05/26/descargue-en-cubadebate-documentos-del-vii-congreso-del-pcc-para-consulta-publica/#.WahjNvPfoDU>>. Acesso em: 31 ago 2017.

CUBA. **Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución.** Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2011/05/09/descargue-en-cubadebate-los-lineamientos-de-la-politica-economica-y-social-pdf/>>. Acesso em: 31 ago 2017.

DEL REAL, J. T. **Revolução Cubana: quarenta anos.** In BARSOTTI, P. e PERICÁS, L. B. (org.). América Latina: história, crise e movimento. São Paulo: Xamã, 1999.

FEITOSA, E. C. “**Período Especial em Tempos de Paz**”: Revolução Cubana em debate. História: Debates e Tendências – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/RS. V. 10, n. 1, jan./jun. 2010, pp. 35-52.

FERNANDES, F. **Da guerrilha ao Socialismo.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GUEVARA, E. Cuba: Economia e Comércio Exterior. In: SADER, E.; FERNANDES, F. **Che Guevara – Política.** São Paulo: Ática, 1981a, pp. 141-153.

GUEVARA, E. In: **Che Guevara: textos econômicos para a transformação do socialismo.** Coleção América Latina, Série Nossa História, Nossos Problemas, v. 8. 10ª ed. São Paulo: Edições Populares, 1987.

GUEVARA, E. Essência da luta guerrilheira. In: SADER, E.; FERNANDES, F. **Che Guevara – Política.** São Paulo: Ática, 1981b, pp. 58-63.

KATZ, C. **Neoliberalismo Neodesenvolvimentismo Socialismo.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

MÁO JÚNIOR, J. R. **A Revolução Cubana e a questão nacional (1868-1963).** 1ª ed. São Paulo: Ed. do autor, 2007.

MARCHI, G. **Ernesto ‘Che’ Guevara e o trabalho em Cuba (1959-1965).** In FERRARI, T. (org.). Trajetórias. São Paulo: Porto de Ideias, 2015, pp. 199-234.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

RAMONET, I. **Fidel Castro: biografia a duas vozes.** 1ª ed atualizada. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTORO, M. **Cuba após a Guerra Fria:** mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA. Revista Brasileira de Política Internacional. V. 53, n. 1, 2010, pp. 130-140.